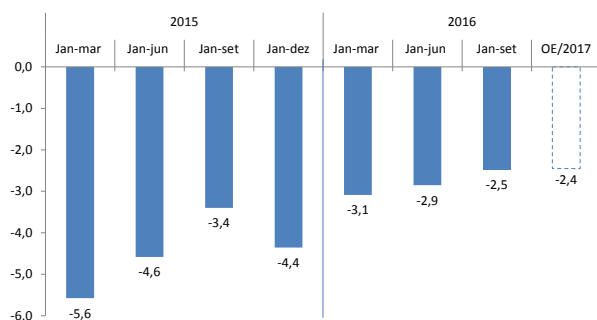


A presente nota rápida tem por base as contas nacionais trimestrais por setor institucional, apuradas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), divulgadas no dia 23 de dezembro. Os resultados até ao 3.º trimestre de 2016 incorporam ainda as revisões publicadas pelo INE na mesma data. Esta informação antecede uma análise trimestral mais detalhada, que será divulgada na primeira quinzena de janeiro de 2017.

**1 O défice das administrações públicas acumulado entre janeiro e setembro de 2016 cifrou-se em 3,4 mil M€, em contabilidade nacional, o correspondente a 2,5% do PIB.** O défice registado nos primeiros três trimestres de 2016 situou-se no limite inferior do intervalo da estimativa avançada para o défice realizada pela UTAO no início de dezembro, publicada na [Informação técnica da UTAO n.º 37/2016](#). Este resultado representa uma redução de 0,9 p.p. do PIB acumulado até setembro face a igual período do ano anterior, na ordem dos em 1,2 mil M€, menos acentuada do que a verificada no 1.º semestre, período em que o défice evidenciou uma diminuição de 1,7 p.p. do PIB em termos homólogos, equivalente a 1,5 mil M€ (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Saldo trimestral das administrações públicas (em percentagem do PIB)



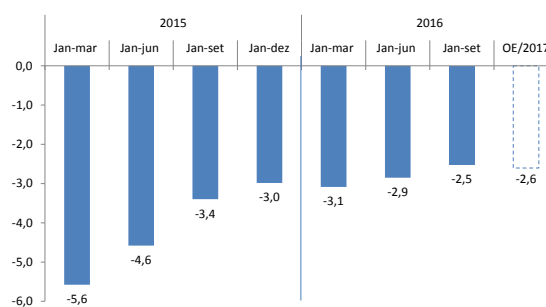
Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: Valores não ajustados de operações de natureza *one-off*. Na sequência das revisões publicadas pelo INE, o défice do 1.º trimestre de 2016 alterou-se de 3,0% para 3,1% do PIB e o défice acumulado até ao 2.º trimestre foi revisto de 2,8% para 2,9% do PIB.

**2 Ajustado de operações de natureza *one-off* o défice situou-se igualmente em 2,5% do PIB.** Em setembro realizou-se a entrega de equipamentos F-16 à Roménia, que de acordo com o destaque de contas nacionais do INE de 30 de novembro ascendeu a cerca de 70 M€. O impacto desta operação no saldo orçamental em contas nacionais constitui um efeito *one-off*, sem contudo alterar o défice acumulado até setembro em percentagem do PIB. Nos primeiros três trimestres de 2015 não se realizaram operações *one-off*. Por conseguinte, a evolução homóloga do défice ajustado até ao 3.º trimestre (Gráfico 2) coincide com a verificada pelo défice global, registando-se uma redução de 0,9 p.p. do PIB. Para o conjunto do ano, contudo, encontram-se previstas medidas *one-off* que poderão contribuir para beneficiar o saldo orçamental anual das administrações públicas em cerca de 0,2 p.p. do PIB projetado pelo Ministério das Finanças para 2016.

**3 O défice registado até setembro manteve-se acima da estimativa anual para 2016 definida no OE/2017, mas em linha com o limite máximo para o défice anual recomendado pela Comissão Europeia.** O défice global das administrações públicas registado até ao 3.º trimestre

excedeu em 0,1 p.p. o objetivo de 2,4% do PIB definido para o conjunto do ano de 2016 no OE/2017, tendo-se situado em linha com o limite de 2,5% do PIB recomendado pelo Conselho Europeu a Portugal aquando da decisão de cancelamento da multa no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos, em agosto. Recorde-se que este limite se reporta ao défice global não ajustado de medidas *one-off*, excluindo porém eventuais efeitos que a operação de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos possa vir a ter sobre o défice orçamental. Ajustado de medidas *one-off* o défice acumulado até ao 3.º trimestre situou-se, pelo contrário, 0,1 p.p. abaixo da meta anual de 2,6% do PIB (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Saldo das administrações públicas excluindo o efeito de medidas *one-off* (em percentagem do PIB)



Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: O saldo orçamental de 2015 foi ajustado do efeito da venda e resolução do Banif que teve lugar no 4.º trimestre. O objetivo para o défice anual de 2016 previsto no OE/2016 encontra-se ajustado do efeito das concessões da IP-Telecom e da Silopor, da entrega de F-16 à Roménia, do acerto de contribuições para a União Europeia e da devolução a Portugal das *pre-paid margins* do European Financial Stability Facility. Na sequência das revisões publicadas pelo INE, o défice do 1.º trimestre de 2016 alterou-se de 3,0% para 3,1% do PIB e o défice acumulado até ao 2.º trimestre foi revisto de 2,8% para 2,9% do PIB.

**4 Alcançar a meta global para o défice das administrações públicas afigura-se exequível, existindo no entanto pressões quer no sentido ascendente quer no sentido descendente sobre o défice do 4.º trimestre que importa ter em conta.** Em termos nominais, o défice registado até ao 3.º trimestre representa cerca de 75% do défice previsto para 2016 pelo Ministério das Finanças. Para alcançar a meta orçamental anual de 2,4% do PIB, será necessário que no 4.º semestre o défice global se cifre também em cerca de 2,4% do PIB. Existem, porém, pressões quer no sentido ascendente quer no sentido descendente sobre o défice do 4.º trimestre por comparação com os trimestres anteriores que importa assinalar. Por um lado, a reposição salarial na função pública de caráter gradual deverá ter um impacto ascendente sobre o défice no 4.º trimestre, assim como os custos decorrentes da reposição do horário de trabalho de 35 horas na função pública e a entrada em vigor da descida do IVA da restauração, ambos em vigor desde 3.º trimestre. Por outro lado, a receita gerada pelo Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES) levado a cabo no 4.º trimestre, traduz-se num efeito descendente do défice orçamental. Esta receita, à semelhança do que aconteceu com anteriores programas de regularização de dívidas, assume uma natureza *one-off*, pelo que não produz efeitos sobre o défice ajustado.